



Etnomusicologia brasileira, participação e educação: reverberações a partir do Sul*

*Laíze Guazina***

Resumo

Neste trabalho analiso as abordagens metodológicas associadas à pesquisa-ação e possíveis influências da Educação Popular e da Investigação-Ação Participativa latino-americanas na constituição da etnomusicologia brasileira.

Palavras-chave

Etnomusicologia brasileira – investigação-ação participativa – educação popular – América Latina.

Abstract

In this paper I analyse the methodological approaches linked to action-research e some possible influences of the Latin American Popular Education and Participatory Action-Research in the Brazilian Ethnomusicology.

Keywords

Brazilian ethnomusicology – participatory action research – popular education – Latin America.

* Agradeço a leitura prévia deste texto e as valiosas sugestões dos colegas Daniel Reis e Edilberto Fonseca.

**Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Endereço eletrônico: laguazina@gmail.com.



He dicho Escuela del Sur; porque en realidad nuestro norte es el Sur. No debe de haber norte, para nosotros, sino por oposición a nuestro Sur. Por eso ahora ponemos el mapa al revés, y entonces ya tenemos justa idea de nuestra posición, y no como quieren en el resto del mundo. La punta de América, desde ahora, prolongándose, señala insistentemente el Sur, nuestro norte (Torres García, 1935).

UMA INTRODUÇÃO AFETIVA

Foi com grande alegria que recebi o convite para participar deste volume da Revista Brasileira de Música em homenagem a Samuel Araújo, Prof. Titular da Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tive a grata experiência de compartilhar cotidianamente um período de minha formação acadêmica com Samuel Araújo, que muito gentilmente me acolheu durante o doutorado e o pós doutorado.

Samuel foi o coorientador de minha tese de doutorado, realizada no Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e finalizada em 2011. Guardo muitas experiências significativas desse período, que me fizeram repensar o mundo da pesquisa em música, a universidade e a docência. Dentre elas, uma foi especialmente marcante: a Roda de Funk realizada na Escola de Música da UFRJ, em 2008. Foi Samuel que abriu as portas da Escola de Música aos funkeiros e funkeiras e suas famílias, naquele momento de reivindicações pelo reconhecimento do Funk como movimento cultural no Rio de Janeiro. Poucas vezes vi a Escola de Música tão pulsante como naquela tarde em que as musas retratadas nas paredes internas do prédio pareciam rebolar o batidão.

As inúmeras contribuições de Samuel são amplamente conhecidas no meio etnomusicológico brasileiro e internacional. Elas encarnam a dedicação de um longo processo de investimento afetivo e de trabalho em um conjunto amplo de esferas, das quais eu gostaria de citar algumas muito brevemente. A primeira delas, o Grupo Musicultura, talvez a mais intensa expressão de seu trabalho, cuja proposta baseia-se na produção coletiva do conhecimento etnomusicológico junto a jovens moradores da Favela da Maré, no Rio de Janeiro. Esse projeto resulta, também, em um profícuo meio de



formação de pesquisadores/as, acadêmicos/as e não acadêmicos/as, que têm fortalecido cultural e educativamente suas comunidades, escolas e universidades.

Importa citar também as contribuições seminais de Samuel no estabelecimento do debate sobre as categorias *violência* e *trabalho acústico* na pesquisa etnomusicológica e musical. Além disso, é importante lembrar sua atuação de longa data junto a um conjunto de entidades de interesse da área, como a Associação Brasileira de Etnomusicologia, a Society for Ethnomusicology e o International Council for Traditional Music, contribuindo consistentemente com a representação brasileira e latino-americana no cenário internacional. Some-se, ainda, sua presença inconfundível na mais que centenária Escola de Música da UFRJ e sua capacidade crítica pujante e de profundo sentido social, que movem novos fluxos na ainda vetusta pesquisa musical. Mais do que um perfil de produção científica, está o claro o comprometimento e a experiência de Samuel Araújo com a construção de uma etnomusicologia cujas bases estão assentadas na ação coletiva, participativa, dialógica e educacional.

É sobre as bases desse comprometimento afetivo-científico de forte sentido social e permanentemente associado a ações educativas, que se expressam nas propostas de Samuel e que, de certo modo, são marca indelével da etnomusicologia brasileira, que busco refletir no presente texto.

Procurou fazer um apanhado das abordagens metodológicas pertinentes ao tema, para em seguida avançar em aspectos históricos e geopolíticos que me levam a pensar possíveis reverberações e contribuições da Educação Popular e da Investigação Ação Participativa latino-americanas, na figura de Paulo Freire e Orlando Fals Borda, na Etnomusicologia brasileira. Conjuntamente, situo a importância das noções de cultura popular e as práticas educativas presentes nesses âmbitos. Traço esse caminho inspirada pela obra *América Invertida*, de Joaquín Torres García que, em 1943, colocou o "mapa al revés", e busco construir um diálogo em perspectiva decolonial.

“É PARTICIPATIVA PORQUE PARTICIPA?”: FUNDAMENTOS METODOLÓGICAS SOBRE PESQUISA, AÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Nem sempre as abordagens teórico-metodológicas participativas ganham espaço ao longo da formação oferecida nas universidades e a área de música não é exceção. Talvez essa seja uma das causas possíveis para uma certa nebulosa que paira sobre a pluralidade conceitual das pesquisas participativas, sua história e sua utilização, e que, por vezes, resulta em homogeneização, simplificação e desvalorização dessas propostas. Além disso,



“participação” é um termo polissêmico e, no âmbito da pesquisa está muito comumente associado à “ação”, compondo a “pesquisa-ação”.

Conforme Michel Thiollent (2003, p. 14), a pesquisa-ação é definida como uma modalidade de

pesquisa social de base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Ela possui um conjunto de variantes convergentes e divergentes, com diversas modalidades e graus de intensidade, caracterizadas por diferentes modos de relacionamento entre a pesquisa, o contexto pesquisado e a esfera da ação, composta pelos atores/atrizes na situação pesquisada (Thiollent e Oliveira, 2016).

De acordo com a modalidade e o grau de intensidade, esses modos de relacionamento constituem, em termos metodológicos, as variantes *participativas*, *cooperativas* e *colaborativas*, e ainda as de *intervenção* e *parceria*, na pesquisa qualitativa.

No plano internacional, com a multiplicação das modalidades de pesquisa, hoje é possível distinguir métodos centrados na PARTICIPAÇÃO¹ com intensidades variáveis; na COOPERAÇÃO com mais horizontalidade e maior exigência de reciprocidade entre os membros; na COLABORAÇÃO em pequena ou grande escala, porém, nem sempre com total reciprocidade, na INTERVENÇÃO, com possibilidade de limitar a unilateralidade; a PARCERIA, entre diversos atores interessados que se relacionam por meio de negociação e contratos formais e informais. Não existe consenso sobre as semelhanças e diferenças existentes entre participação, colaboração, cooperação. As relações sociais subjacentes a cada tipo são definidas com variadas exigências de reciprocidade, de horizontalidade ou de intensidade. Na pesquisa-ação existe ênfase na ação. As ações são discutidas, analisadas, deliberadas, decididas

¹ Caixa alta presente no original.



com pleno consenso ou não. [...] São interpretadas pelos pesquisadores com base em diferentes referenciais. Além disso, são ações portadoras de aprendizagem e de conhecimento mútuo, com interações entre observadores e observados. (Thiollent e Lídia Oliveira, 2016, p. 358)

E detalham:

A participação se refere à qualidade de um relacionamento em que a imposição e o constrangimento são evitados e substituídos por um sentimento de pertença, com compartilhamento ou reciprocidade. [...] A cooperação é um processo dinâmico e evolutivo entre dois ou mais atores. Os pesquisadores precisam reunir informações sobre a percepção da cooperação - ideal e real - entre os atores. Desde o início do projeto, é preciso avaliar a disposição dos atores a cooperarem [...]. Hoje, a colaboração parece estar mais presente com a recente visão da pesquisa em redes e com parcerias e sinergias entre grupos de pesquisa (Audoux & Gillet, 2015; Bonny, 2015). A colaboração é frequentemente pensada em redes relacionando os atores de modo flexível, sem estreita vinculação, com intensidade variável e intermitência das interações. [...] como na pesquisa participativa, na pesquisa em parceria existe um dispositivo de colaboração entre pesquisadores profissionais e atores sociais (instituições, sindicatos, movimentos sociais, etc.). No entanto, “[...] na pesquisa participativa a contribuição dos atores não acadêmicos tem um caráter mais intenso, e até mais radical, que na pesquisa em parceria (*recherche partenariale*) [...]” (Dumais, 2011, p. 4). A pesquisa participativa apresenta uma intencionalidade mais emancipatória que a da pesquisa em parceria, de maior grau de formalização ou institucionalização. [...] a concepção de pesquisa-intervenção possui uma longa tradição que foi influenciada por tendências da psicologia social, psicossociologia ou ainda, análise institucional em que se destacou o conceito de intervenção psicossocial (Dubost, 1987; Hess, 1983). Na tradição da psicossociologia francesa, a intervenção foi definida por Georges



Lapassade (1996, 208) como “método pelo qual um grupo de analistas, respondendo à demanda de uma organização social, institui nesta organização um processo coletivo de autoanálise”. (Thiollent e Oliveira, 2016, p. 359-360)

Convém considerar que existem diferentes nomenclaturas para denominar esses modos de fazer pesquisa que, ocasionalmente, podem gerar confusão. Tanto um mesmo termo pode ser utilizado por diferentes perspectivas quanto diferentes termos, normalmente próximos, podem se referir a perspectivas similares ou diferentes, em maior ou menor grau. A título de exemplo, o autor e a autora se referem à confusão por vezes existente entre observação participante, como aquela realizada como parte de uma etnografia, e a pesquisa participante, como concebida e praticada especialmente na América Latina, que aqui analiso em detalhe.

Conforme Marcela Gajardo (1999), na América Latina, a investigação(ou pesquisa) ação participativa - respectivamente IAP ou PAP -, torna-se um rótulo sob o qual diferentes tradições de pensamento e diferentes práticas de pesquisa, com alcances também diversos, são agrupados. Apesar de tal variabilidade, segundo a autora é possível delinear traços comuns nessas propostas que permitem sua identificação como “estilos participacionistas de pesquisa”. Esses traços comuns, conforme estabelecido pela autora são:

1) [...] uma opção de trabalho junto aos grupos mais relegados da sociedade; 2) [...] integração de investigação, educação e participação social [...]; 3) incorporação de setores populares como atores de um processo de conhecimento, onde os problemas se definem em função de uma realidade concreta e compartilhada, cabendo aos grupos decidir a programação de estudo e as formas de encará-la; 4) sustentação das atividades de investigação e ação educativa sobre uma base (ou grupo) organizada de sorte que esta resposta não culmine em uma resposta de ordem teórica, mas na geração de propostas de ação expressadas em uma perspectivas de mudança social. (Gajardo, 1999, p. 16-17)

CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA DAS RELAÇÕES ENTRE PESQUISA, AÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA AMÉRICA LATINA



Gajardo (1999) historiciza o desenvolvimento dos estilos participacionista de pesquisa em três momentos. O primeiro momento delineado pela autora se refere à “Da investigação temática à investigação-ação: os anos sessenta”:

Em um ensaio recente (ZUÑIGA, 1982), reivindica-se para Paulo Freire o título de “criador” de um estilo alternativo de pesquisa e ação educativa. Por trás de tal afirmação, está o conjunto de experiências que, sustentadas pela concepção conscientizadora de educação, desenvolveram-se em fins da década de sessenta, no âmbito das transformações agrárias operadas em alguns países da região. [...] Era, pois, um momento que possibilitava a transformação do fator educativo em componente de um processo geral de mudança que ampliou o espaço de participação e mobilização popular. [...] Supunha-se então que os camponeses e os grupos mais relegados da sociedade não poderiam ser sujeitos de um processo histórico alternativo se se mantivessem como uma categoria social passiva e carente. [...] Em tal contexto, desenvolviam-se também ideias a respeito da necessidade de delinear estratégias metodológicas que permitissem superar dicotomias sujeito-objeto, teoria-prática, presentes nos processos de pesquisa educacional, possibilitando uma produção coletiva de conhecimento em torno de vivências, interesses e necessidade dos grupos situados histórica e socialmente. (Gajardo, 1999, p. 17-18)

As experiências de trabalho citadas acima foram inspiradas na proposta pedagógica de Paulo Freire, idealizador e coordenador da primeira fase da pesquisa. Gajardo (1999, p. 18), explicita um pressuposto que reverberará em todo o legado freireano: a de que “qualquer ação educativa deveria ser entendida como um ato de produção do conhecimento em consonância com a realidade e a situação do campesinato”. Nesse contexto, tanto a equipe de pesquisadores/as quanto os/as participantes aprofundavam a busca por soluções concretas para os problemas identificados pelo próprio grupo.

O segundo momento, conforme estabelecido pela autora (1999), refere-se aos anos setenta, caracterizado pela “investigação-ação”, termo que abrigou duas correntes. Se, por um lado, Paulo Freire será a base na qual durante os anos 60 se desenvolve o enfoque que



associa a pesquisa em educação com o enfoque sócio-político, por outro lado, a partir dos anos 1970 um novo enfoque ganha importância ancorado no trabalho sociológico do colombiano Orlando Fals Borda. Segundo Gajardo, é por meio da influência de Fals Borda que os estilos participacionistas de pesquisa passarão a ser caracterizados pela expressão "investigação-ação" (*investigación acción*) e ganharão uma forte característica sociológica (Gajardo, 1999, p. 23).

Fals Borda propunha a diferenciação entre uma "ciência popular" e uma "ciência dominante". A primeira seria caracterizada pela valorização e reconhecimento do conhecimento prático, empírico, ancorado em um "bem cultural e ideológico ancestral das camadas de base social, o qual lhes permitiu criar, trabalhar e interpretar a realidade predominante por meio de recursos que a natureza oferece ao homem" (Fals Borda, 1981, p. 152). Enquanto a segunda era comprometida por ele como a manutenção do *status quo*, capitalista e dependente, com profunda vinculação de classe. A ciência popular é assim definida pelo autor:

Por ciência popular - o folclore, saber ou sabedoria popular - se entende o conhecimento empírico, prático, de sentido comum, que tem sido domínio cultural e ideológico ancestral das pessoas das bases sociais, aquilo que lhes têm permitido criar, trabalhar e interpretar predominantemente com os recursos diretos que a natureza oferece ao homem. Este saber popular não está codificado no uso dominante e por isso é depreciado e relegado como se não tivesse o direito de articular-se e expressar-se em seus próprios termos. Mas o saber popular ou folclórico tem também sua própria racionalidade e sua própria estrutura de causalidade, ou seja, pode demonstrar-se que tem mérito e validade científica em si mesmo. (Fals Borda 1981, p. 70)

Gajardo (1999) afirma que, paralelamente à vertente sociológica, desenvolve-se também nos anos 1970 uma vertente educativa, baseada na investigação temática freireana. Tal proposta foi desenvolvida pelo brasileiro João Bosco Guedes Pinto. João Bosco Guedes Pinto atuou com populações rurais na Colômbia e em outros países da América Latina, a partir do final da década de 1960 e durante os anos 1970 (Duque-Arrazola, 2014).



O último período abordado por Gajardo (1999) se refere ao início dos anos 1980, que se traduziu no surgimento conceitual e metodológico do que se convencionou chamar pesquisa participante - da qual Carlos Brandão será um dos expoentes.

Conforme Thiollent (2014), a pesquisa-ação (PA) e a pesquisa participante (PP) têm origens diferentes. A primeira foi idealizada no âmbito da Psicologia Social de Kurt Lewin (EUA), a partir dos anos 1940. A segunda, foi desenvolvida especialmente na América Latina, a partir dos anos 1950/1960, em um contexto que articulava questões sociais, religiosas e educacionais com particular influência de Paulo Freire. Ambas difundiram-se nos mais variados setores das ciências. A partir dos anos 1980/1990, as duas tendências se aproximaram e, em alguns casos, foram associadas. Um dos produtos dessa aproximação foi a Pesquisa-Ação Participante ou *Investigación Acción Participativa* (IAP) - esta última foi a nomenclatura utilizada por Orlando Fals Borda e que se tornou ampla e internacionalmente conhecida a partir de seu trabalho. Sobre a relação entre a IAP e a pesquisa participante, cabe considerar a afirmação de Mota Neto, ao comentar seu trabalho:

Preferimos preservar o nome “investigação-ação participativa” (IAP) utilizado por Fals Borda, ao invés de usar o termo equivalente no Brasil, “pesquisa participante”. Em primeiro lugar, porque não estamos analisando a teoria e prática da pesquisa participante no Brasil, mas o próprio pensamento de Fals Borda. Em segundo lugar, porque Fals Borda e Rahman (1989) já esclareceram que apesar de não haver diferenças significativas entre os dois termos, que ainda assim preferem a denominação IAP porque enfatiza a investigação-ação que é participativa, e de uma investigação que se funde com a ação transformadora. Em terceiro lugar, porque preservar o seu termo nos possibilita usar a sigla IAP, com a qual o seu método ficou conhecido em todo o mundo. (Mota Neto, 2015, p.22)

ARTICULAÇÕES ENTRE A IAP, A EDUCAÇÃO POPULAR E A CULTURA POPULAR

Segundo Mota Neto (2015), os fundamentos e princípios decoloniais são presentes nas obras de Fals Borda e Paulo Freire, bem como na educação popular influenciada por eles. Essas relações, ainda que pouco tratadas, já tinham sido abordadas por outros autores, como Eduardo Restrepo e Axel Rojas (2010), que apontam a Pedagogia do Oprimido, de Freire, e especialmente a obra de Fals Borda, como expressões consistentes



da decolonialidade. A obra de Fals Borda, dentre outros elementos, é citada por sua crítica ao eurocentrismo, ao euro-americanismo da academia e ao colonialismo nas ciências sociais, em uma abordagem geo-histórica em que se fala *desde* a América Latina e não *para* ela.

Por fim, cabe lembrar que Escobar (2003) cita Fals Borda dentre os autores do programa de investigação da modernidade/colonialidade, ao lado de Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Catherine Walsh, e Ramón Grosfoguel.

Conforme apontado por Mota Neto (2015), Paulo Freire e Fals Borda foram, respectivamente, o primeiro e o segundo presidentes honorários do Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe (CEAAL). A relação entre a IAP e a Educação Popular foi diretamente expressa por Fals Borda e Rahman (1989), que incluíram o “compromisso” e a “conscientização”, provenientes das contribuições de Freire como parte do trabalho desenvolvido. Tais categorias serão paulatinamente suplantadas pelo conceito de “práxis”, por influência de Fals Borda.

O campo da educação popular latino-americana é vasto. *Grosso modo*, pode ser organizado em dois grandes grupos, conforme Mota Neto (2015): a de orientação “libertadora”, comprometida com posicionamentos voltados à transformação social; e a de orientação “integracionista” e “nacional-populista”, voltados à manutenção do *status quo*. A educação popular a qual me refiro aqui é a “libertadora”, cuja história está articulada a muitos movimentos de cunho social latino-americanos, especialmente surgidos ao longo do século XX.

Não deve passar despercebida a forte relação estabelecida entre a educação popular “libertadora” e a “cultura popular” ou “folclore”, todos intrinsecamente articulados nas propostas freireanas nos anos 1950 e primeiros anos da década de 1960, com as grandes campanhas de alfabetização, da qual a experiência de Angicos é síntese, além das experiências do Movimento de Educação de Base (MEB) e do Centro Popular de Cultura (CPC).

Paulo Freire, após a experiência de Angicos, torna-se coordenador da Comissão Nacional de Cultura Popular. Ainda que não seja possível abordar mais consistentemente no presente texto, tudo indica ser muito produtivo avançar na direção do aprofundamento da análise das relações, similaridades e antagonismos entre as propostas participacionistas de pesquisa dos anos 1950 e início dos 1960 e o campo folclórico no Brasil. Esses dois contextos propuseram uma dinamização articulada entre a educação e a cultura popular/folclore.



Ainda que com algumas limitações e mesmo controvérsias, e considerando suas diferentes fases, de modo geral, a educação popular é considerada, como (Mota Neto, 2015, p.117) "ao mesmo tempo, um *movimento* (uma prática, uma experiência, um processo de luta) e um *paradigma* (um discurso, uma teoria, uma ideologia), que tem como objetivo, por meio da educação, empoderar as classes populares". Para Brandão e Borges (2007), a educação popular e a pesquisa participante são assim associadas:

Na maior parte dos casos, a pesquisa participante é um momento de trabalhos de educação popular realizados junto com e a serviço de comunidades, grupos e movimentos sociais, em geral, populares. Na pesquisa participante, sempre importa conhecer para formar pessoas motivadas a transformarem os cenários sociais de suas próprias vidas e destinos. [...] Geralmente, elas são postas em prática dentro de movimentos sociais populares ou se reconhecem estando a serviço de tais movimentos. Entre as suas diferentes alternativas, elas alinham-se em projetos de envolvimento com ações sociais de vocação popular. Ela deve ser pensada como um momento dinâmico de um processo de ação social comunitária. [...] Na maior parte dos casos, a pesquisa participante é um momento de trabalhos de educação popular realizados junto com e a serviço de comunidades, grupos e movimentos sociais, em geral, populares. (Brandão e Borges, 2007, p. 1)

ETNOMUSICOLOGIA BRASILEIRA: REVERBERAÇÕES DESDE O SUL

O prefácio do livro *Etnomusicologia no Brasil* (2016), escrito por Samuel Araújo, é assim intitulado: "O Campo da Etnomusicologia Brasileira: formação, diálogos e comprometimento". Esse texto sensível e ao mesmo tempo impactante retrata vários dos conflitos sociais atuais analisados de modo articulado aos desafios teóricos na área da etnomusicologia. Araújo vincula essa análise a uma de suas maiores contribuições: a noção de *práxis sonora*, cuja intensidade parece residir exatamente na capacidade de articular fundamentalmente o sonoro à economia política dos modos de viver e existir. Conforme Araújo (2016), *práxis sonora* é definida como:



a articulação entre discursos, ações e políticas concernentes ao sonoro, como esta se apresenta, muitas vezes de modo sutil ou imperceptível, no cotidiano de indivíduos (músicos amadores ou profissionais, agentes culturais, empreendedores, legisladores), grupos (coletivos, públicos, categorias profissionais) e instituições (por exemplo, conselhos, grupos de idade, empresas, sindicatos, agências governamentais e não-governamentais e escolas). (Araújo, 2016, p.10)

Não é por acaso que seleciono, dentre outros muitos conteúdos significativos, esses dois tópicos presentes no prefácio escrito por Samuel: a) a luta pelo direito à terra e por outros direitos; b) o desenvolvimento de ferramentas teórico-metodológicas sustentadas pelo comprometimento social e articuladas a ações educativas. Essas foram algumas das grandes forças motrizes subjacentes ao desenvolvimento das propostas participacionistas desenvolvidas no trabalho conjunto entre acadêmicos/as e diferentes grupos, pelo menos desde os anos 1960, na América Latina. No prefácio, Samuel Araújo e, de modo geral, no seu trabalho como docente e pesquisador, reverberam amplamente as características da propostas participativas latino-americanas.

Convém lembrar que, antecipando em décadas o diálogo aqui estabelecido, Araújo desenvolve a noção de trabalho acústico, publicada em 1992, nesta mesma Revista Brasileira de Música. Segundo ele,

o que chamamos música e passamos a tomar como referencial para ‘entender’ práticas que percebemos como análogas (e.g., a ‘música indígena’), deve ser entendida como uma formação ou conjunto de relações entre formas circunscritas no espaço e no tempo, através das quais seres humanos organizam, ou, mais precisamente, trabalham (sic) acusticamente o tempo (o termo acústico é empregado neste texto em sentido restrito a seu significado mais antigo conhecido, “da audição”, a menos que indicado de outra forma); portanto, enquanto a emergência da prática musical deve ser fundamentalmente reconstituída dentro de um segmento dado da história da Europa Ocidental, aparece claramente que outras



formações correlatas (e.g., a música no Brasil) tem compartilhado e continuarão a compartilhar seu tempo e espaço. (Araújo, 1992, p.5).

Muitos trabalhos significativos e um tanto mais antigos que o Grupo Musicultura também evidenciam a influência freireana no campo etnomusicológico, marcadamente por meio de suas ações educacionais. Este é o caso de trabalhos realizados por Francisca Marques, que articulavam a educação comunitária com a pesquisa etnomusicológica já no início dos anos 2000 (Marques, 2001 e 2002) culminando com sua defesa de dissertação de mestrado em 2003, *Samba de Roda em Cachoeira, Bahia: uma Abordagem Etnomusicológica*, orientado por Samuel Araújo no Programa de Pós-Graduação em Música da UFRJ. Até onde tenho informações, Francisca Marques foi a primeira pesquisadora no Brasil a utilizar a proposta freireana sistematicamente como base para o trabalho etnomusicológico. Conforme Marques,

Embora a etnomusicologia aplicada venha sendo discutida desde os anos 1960, apenas recentemente tem sido acessível uma literatura ou sistematização de conceitos e ideias em torno de algumas práticas educativas no Brasil. Trabalhos como os de Marques (2003), Cambria (2004), Araújo (2006) e Tygel (2006) mostram que existem outras formas de desenvolver pesquisas através de metodologias participativas não apenas centradas no interesse do pesquisador (observação participante), mas de ação e resultados que sejam de colaboração mútua e que tragam benefícios para as comunidades estudadas. Não me parece que a etnomusicologia aplicada seja um campo que presume uma separação entre teoria e prática, porém, existe um academicismo de exclusão de alguns projetos que parece estabelecer limites para o que seria uma “pesquisa válida”. [...]. Freire (1979; 1986; 1998; 2001) enfatiza nas práticas educativas liberdade e maior comprometimento e ousadia no cotidiano do educador/pesquisador para metodologias dialógicas e de *empowerment*. Ao mesmo tempo, para ele, existe também uma relação sensível entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança de que educadores e alunos “juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos a nossa alegria”. Esse pensar em comum em torno de



uma relação de autêntico diálogo é tarefa de sujeitos, não de objetos. Essas relações que se tecem socialmente e se articulam entre políticas de ação e educação comunitária exigem enfrentamento e desafios enormes para os pesquisadores/educadores e as comunidades, mas elas podem ser vividas e os desafios superados dentro do processo educativo de forma possível, igualitária e criativa. (Marques, 2008, p. 60-61)

No fragmento abaixo, o Grupo Musicultura (2011, p. 162) cita trabalhos alinhados à perspectiva freireana desenvolvidos no mesmo período:

Ao estabelecer esta premissa, nos referimos, entre outros autores, ao trabalho do pedagogo brasileiro Paulo Freire, autor de textos fundamentais escritos nos conflituosos idos de 1960, que serviram de inspiração a um pequeno, embora crescente, número de etnomusicólogos, de Catherine Ellis, na Austrália (Ellis 1994), a Angela Impey, na África do Sul (Impey 2002), e ao nosso próprio trabalho, no Rio de Janeiro, (Araújo et alli 2006a, 2006b; Musicultura, 2009 [no prelo]).

Retomo um trabalho anterior, cujo tema foi a elaboração de um panorama inicial sobre as publicações brasileiras envolvendo a etnomusicologia de abordagem participativa, a partir de um levantamento dos textos publicados nos Anais dos Encontros Nacionais da Associação Brasileira de Etnomusicologia². Curiosamente, aquele foi o ponto de partida do estudo que agora apresento. Nele elenquei uma série de características comuns entre os textos analisados:

Os temas abordados são bastante diversos e seus delineamentos comumente incluem a descrição e análise das práticas musicais e seus contextos, nas quais estão incluídas as descrições de problemas sociais vividos pelos participantes e seus grupos/comunidades. Os autores dos textos se posicionam como parceiros das

² Publicações consideradas: I ENABET, Recife, 2002, cuja a produção foi parcialmente publicada na Revista *Antropológicas*, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE até o VI ENABET, tema “Música e sustentabilidade”, João Pessoa, 2013.



comunidades/grupos participantes das pesquisas e/ou se mostram alinhados a debates que problematizam questões sociais presentes no Brasil e produzem crítica social. Os debates envolvem problematizações no âmbito da noção de cidadania incompleta; do debate de segregações de diferentes ordens; no âmbito do acesso a direitos como educação e cultura; e da análise de contextos vinculados ao debate de políticas sociais. Tal posicionamento tende a se refletir diretamente nos objetivos, nas estratégias das pesquisas e/ou análises propostas nos artigos, demonstrando a compreensão das práticas musicais como conexas à vida social também no âmbito dos problemas e desafios sociais. [...] As estratégias de pesquisa são marcadamente participativas e as mais habituais envolvem a criação de bancos de dados a partir de materiais coletados (áudio e vídeo, especialmente). Também envolvem a aplicação de questionários, a produção de materiais didáticos, debates e o fomento ao aprendizado de técnicas de pesquisa para os pesquisadores não acadêmicos, como já havia sido observado por Tygel e Nogueira (2006). Há, ainda, um compromisso constante com ações educacionais e os debates sociais, seja pela colaboração entre a pesquisa etnomusicológica e a educação musical, como em Rosa e Queiroz (2013); ou pela possibilidade de contribuir com diferentes ações educacionais direcionadas ao grupo envolvido na pesquisa ou mesmo com seus grupos e/ou comunidades. (Guazina, 2015, p. 909-910)

Vale lembrar que Freire e Fals Borda foram profundamente vinculados às experiências dos movimentos populares e à Educação Popular latino-americanas e que, conforme apontado por Mota Neto (2015) e Moretti e Adams (2011), por seus posicionamentos, estão inseridos nos debates da decolonialidade.

Tal como sinalizado por Guazina e Ignácio (2017), também podemos incluir outros aspectos significativos que nos levam a compor essas reflexões, como a presença do pensamento de Frantz Fanon nos trabalho de Freire e a aproximação com a vida de muitas pequenas comunidades, povos indígenas, entre outros, que orbitaram as experiências de Fals Borda, Paulo Freire, João Bosco Guedes Pinto e Carlos Brandão - apenas para citar alguns. Conforme afirmamos antes, esses são elementos comumente pouco tratados nos



estudos que têm se ocupado das propostas participativas no campo etnomusicológico, mas que são importantes na composição das propostas desses autores e se expressam na prática da ação-participativa.

Em termos de uma abordagem metodológica tradicional, os trabalhos etnomusicológicos aqui citados inserem-se na noção de “pesquisa aplicada”, habitualmente caracterizada pela busca prática de resolução de algum problema específico. Em etnomusicologia, conforme Harrison e Pettan (2010) a definição de etnomusicologia aplicada foi construída colaborativamente pelo Grupo de Estudos sobre Etnomusicologia Aplicada do International Council for Traditional Music (ICTM), do qual Samuel Araújo fazia parte, durante a 39ª Conferência do mesmo Conselho, ocorrida na Áustria, em 2007. Nessa ocasião a Etnomusicologia Aplicada foi definida como uma “abordagem guiada por princípios de responsabilidade social que estende a meta acadêmica usual de alargar e aprofundar o conhecimento e a compreensão em direção à solução de problemas concretos e em direção a trabalhar dentro e além dos contextos acadêmicos típicos.” (Harrison e Pettan, 2010, p.1). Como complementação da definição, os autores afirmam que o Grupo de Estudos “defende o uso do conhecimento etnomusicológico para influenciar a interação social e o curso de mudança social.” (Harrison e Pettan, 2010, p.2).

A necessária dimensão generalista de uma definição como esta torna seu equacionamento teórico e prático bastante amplo, podendo ser muito diverso, dependendo do contexto social, cultural, político, econômico, teórico e metodológico no qual é aplicado. Nela cabem práticas colonialistas, mercantis e “marketeiras”, passando pelo assistencialismo clientelista e/ou religioso público e/ou privado (inclusive universitário), até propostas calcadas em noções como autonomia, protagonismo ou auto-organização comunitária. Sendo assim, importa ir mais à fundo nessa compreensão e lembrar que a etnomusicologia aplicada costuma ter um foco de ação muito local, limitado, de curta duração e em que os projetos “podem não confrontar diretamente a subjacente (e mais ampla) condição de subordinação e de opressão que as pessoas com quem trabalham vivenciam na sua vida cotidiana”, conforme analisado por Cambria, Fonseca e Guazina (2016, p.58). Segundo os mesmos autores (2016, p.58), a etnomusicologia aplicada, que começou a ser adotada em outros países na última década, “como campo específico, é proeminente principalmente na América do Norte onde trabalha com minorias étnicas de sociedades multiculturais.” Ela costuma ter um foco de ação local limitado, de curta duração e em que os projetos “podem não confrontar diretamente a



subjacente (e mais ampla) condição de subordinação e de opressão que as pessoas com quem trabalham vivenciam na sua vida cotidiana”.

O "MAPA AL REVÉS" E AS ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A partir de um exercício de deslocamento que propõe que "nuestro norte es el Sur", alguns elementos são redimensionados. O primeiro deles é a importância dos termos, da raiz epistêmica e das práticas presentes na perspectiva metodológica desenvolvida nos trabalhos etnomusicológicos. O que realmente se diz e se faz quando se afirma que um trabalho é "colaborativo" ou "participativo"? Quais práticas e posicionamentos são escolhidos e colocados em funcionamento? Essa questão demonstra a necessidade de um debate sobre essas práticas e processos com a mesma dimensão do que foi e é realizado no debate sobre a etnografia. Uma proposta de etnomusicologia seja ela "colaborativa", "aplicada" ou "participativa", não deve ser vista como algo que automática e naturalmente traria consigo qualquer compromisso social crítico, especialmente se estes tópicos não se encontrarem em um primeiro plano de problematizações.

Um segundo ponto a ser observado é a possível diferenciação existente entre três territórios: a) a etnomusicologia brasileira; b) a etnomusicologia participativa (neste caso, brasileira); c) e a etnomusicologia aplicada. A etnomusicologia brasileira foi caracterizada por Angela Lühning (2014, p.21) por ter "uma atuação socialmente comprometida através de novos processos dialógicos, colaborativos" e que permite que seja assim identificada diferentemente da etnomusicologia presente no hemisfério norte - países europeus e Estados Unidos.

Com a expressão "etnomusicologia participativa", neste caso brasileira, me refiro aos trabalhos especificamente alinhados teórica, metodológica e socialmente com as propostas de Paulo Freire e/ou Fals Borda - ainda que referências diretas às propostas de Fals Borda ocorram em menor número na literatura etnomusicológica brasileira. Nesses trabalhos as ações educativas são cruciais. Por fim, o território da etnomusicologia aplicada, definida mais genericamente a partir da contribuição do ICTM (2007). O trabalho de Samuel Araújo tem sido claramente potencializador desses três territórios.

Uma terceira reflexão que eu gostaria de fazer é que existem outros elementos a serem redimensionados a partir do deslocamento que proponho e com o qual dialogo. Esse é o caso de certos aspectos do texto *"Com as pessoas" reflexões sobre colaboração e perspectivas de pesquisa participativa na etnomusicologia brasileira* (Cambria, Fonseca e Guazina, 2016). Nele analisamos algumas diferenças, conexões e fronteiras nas relações



estabelecidas entre os/as etnomusicólogos/as, as pessoas participantes das pesquisas e o conhecimento produzido por elas nas pesquisas, considerando uma forte centralidade na categoria “colaboração”. A partir dessa análise, propusemos a organização de três tendências principais: a primeira tendência é a de estudos “sobre” as pessoas (trabalhos com perfil acadêmico/teórico) e a música que elas fazem; a segunda é caracterizada pelo uso do conhecimento acumulado “para” elas (trabalhos “aplicados” ou “práticos”); e uma terceira perspectiva, que estaria ganhando força e visibilidade na última década, como alternativa às outras duas, caracterizada pela proposta de produzir o conhecimento “com” as pessoas das comunidades estudadas.

Pelas análises que proponho aqui, ao contrário da ideia de uma nova tendência de trabalho “com” as pessoas, talvez estejamos percebendo uma influência muito mais antiga e entranhada na história dos povos latino-americanos, articulada a certas contribuições de intelectuais do Sul global, situadas especialmente entre as décadas de 1960 e 1980, que parecem se expressar matricialmente na etnomusicologia brasileira. Conjuntamente, importa observar que a noção de “participação” é central nas abordagens latinas. Por fim, vale notar que, conforme Thiollent, a categoria metodológica central é “pesquisa-ação”: “participativa” ou “colaborativa” são duas propostas que poderiam ser desenvolvidas a partir dela - o que inclui a Investigación-Acción Participativa (IAP), de Borda. Os fluxos da geopolítica do conhecimento sopram: os ventos que sopram a partir do Sul global são, historicamente, os da IAP e das “participativas”. As “colaborativas” parecem soprar a partir do Norte global.

Ao longo do estudo que empreendi sobre as pesquisas participacionistas no campo etnomusicológico com enfoque na América Latina, pude perceber que estas propostas são transformadoras ainda para nossos dias - o que não quer dizer propor um “retorno” aos anos 1960, 1970 ou 1980. Contudo, também percebi um *corpus* que, apesar do alinhamento histórico ao diálogo, aos movimentos sociais e a contextos populares, carece fortemente das vozes das figuras femininas, negras, indígenas e outras mais que foram e têm sido muito ativas ao longo de sua constituição. Se seus espíritos vibram nessa história, suas vozes, autorias e narrativas são geralmente invisíveis. Aí ressoam gerações, visões de mundos e modos de vida plurais que geram conhecimentos, práticas e trajetórias que ainda precisam ser recontadas e redimensionadas por essas mesmas vozes inaudíveis e pluriversais, ultrapassando até mesmo os mapas invertidos do que se convencionou chamar de América. O trabalho de Samuel Araújo permanece sendo fundamental para ultrapassar esses limites.



REFERÊNCIAS

- Araújo, Samuel. “Descolonização e discurso: notas sobre o tempo, o poder e a noção de música”. *Revista Brasileira de Musica* (UFRJ, Rio de Janeiro), v. 20, p. 7-15, 1992.
- Araújo, Samuel. “Prefácio – O Campo da Etnomusicologia Brasileira: formação, diálogos e comprometimento”. In: Lühning, Angela; Tugny, Rosangela de (orgs.). *Etnomusicologia no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2016.
- Araújo, Samuel; Musicultura, Grupo. “Conflict and violence as conceptual tools in present-day ethnomusicology; notes from a dialogical experience in Rio de Janeiro”. *Ethnomusicology* (Society for Ethnomusicology, EUA), v. 50, n. 2, p. 287-313, 2006a.
- Araújo, Samuel; Musicultura, Grupo. “A violência como conceito na pesquisa musical: reflexões sobre uma experiência dialógica na Maré”. *Transcultural Music Review* (Barcelona), v. 10, p. 7, 2006b.
- Brandão, Carlos Rodrigues; Borges, Maristela Correa. “A pesquisa participante: um momento da educação popular”. *Rev. Ed. Popular* (Uberlândia), v. 6, p. 51-62. jan./dez. 2007.
- Cambria, Vincenzo; Fonseca, Edilberto; Guazina, Laize. “ ‘With the people’: reflections on collaboration and participatory research perspectives in Brazilian ethnomusicology”. *The World of Music* (New Series), v. 5 n. 1, p. 55-80, 2016.
- Duque-Arazola, Laura S. “Apresentação”. In: Duque-Arazola, Laura S; Thiollent, Michel J. M. (Orgs.). *João Bosco Guedes Pinto: metodologia, teoria do conhecimento e pesquisa-ação – textos selecionados e apresentados*. Belém: UFPA, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.
- Escobar, Arturo. “Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidade latinoamericano”. *Tabula Rasa*, n. 1, p. 51-86, enero-diciembre, 2003.
- Fals Borda, Orlando. “La Ciência y el Pueblo: nuevas reflexiones”. In: Versión parcial de la conferencia dictada en el Tercer Congreso Nacional de Sociología, Bogotá, agosto 1980, cf. Asociación Colombiana de Sociología (Gonzalo Cataño, presidente), *La sociología en Colombia: balance y perspectivas*, Bogotá, Edit. Guadalupe, 1981, p. 149-174. Publicado en Fals Borda, Orlando. *Ciência própria y colonialismo intelectual. Los nuevos rumbos*. Carlos Valencia Ed.
- Gajardo, Marcela. “Pesquisa participante: propostas e objetos”. In: Brandão, Carlos (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.



Guazina, Laíze. “Etnomusicologia, política e debate social: contribuições para um estado da arte da etnomusicologia participativa no Brasil”. In: *Anais do VII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Etnomusicologia (ENABET)*. Florianópolis: ABET, 2015, p. 898-910.

Guazina, Laíze; Ignácio, Agnes. “A etnomusicologia brasileira e os estilos participacionistas de pesquisa: diálogos decoloniais”. In: *Anais do VIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Etnomusicologia (ENABET)*, Rio de Janeiro, UNIRIO, 2017.

Harrison, K.; Pettan, S. “Introduction”. In: Harrison, K.; Mackinlay, E.; Pettan, S. (orgs.) *Applied ethnomusicology: historical and contemporary approaches*. UK: Cambridge Scholars Publishing, 2010.

Lühning, Angela. “Temas emergente da etnomusicologia brasileira e seus compromissos sociais”. *Música em Perspectiva* (UFPR, Curitiba), v. 7, n. 2, p. 7-25, dez. 2014.

Marques, Francisca. *Samba de Roda em Cachoeira, Bahia: uma Abordagem Etnomusicológica*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Música, Programa de Pós-Graduação em Música, 2003.

Marques, Francisca. “Ethnomusicological Research and Communitarian Demands; an Experience in Cachoeira, Bahia”. In: *Abstracts ICTM 36th World Conference*. Rio de Janeiro, Brazil, July 4-11, 2001, p. 65.

Marques, Francisca. “Educação Comunitária e Etnomusicologia: a Colaboração Participativa e o Desenvolvimento Docente do Pesquisador Através do Trabalho de Campo”. In: *Anais do III Colóquio de Pesquisa da Pós-Graduação da Escola de Música da UFRJ*, 2002, p. 219.

Mota Neto, João Colares da. *Educação popular e pensamento decolonial latino-americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda*. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2015.

Musicultura, Grupo. 2009.

Musicultura, Grupo. “É possível outro mundo? Pesquisa musical e ação social no século XXI”. In: Aharonián, C. (org.). *Música/musicologia y colonialismo*. Montevideo: Centro de Documentación Musical Lauro Ayestarán/Ministerio de Educación y Cultura, 2011, p. 159-179.

Restrepo, Eduardo; Rojas, Axel. *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Popayán: Universidad del Cauca, 2010.



Thiollent, Michel; Oliveira, Lídia. “Participação, cooperação, colaboração na relação dos dispositivos de investigação com a esfera da ação sob a perspectivas da pesquisa-ação”. In: *Atas CIAIQ 2016. Investigação Qualitativa em Ciências Sociais*, v. 3.

Thiollent, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2003.

Thiollent, Michel. “Pesquisa participante e pesquisa-ação: uma visão de conjunto”. In: Strech, Danilo; Sobotka, Emil A.; Eggert, Edla (orgs.). *Conhecer e transformar: pesquisa-ação e pesquisa participante em diálogo internaiconal*. ED. CRV, 2014, p. 15-26.

LAÍZE GUAZINA é Professora Adjunta na Graduação em Música Popular da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Curitiba II. Pós-Doutora em Etnomusicologia pela Universidade de Aveiro (Portugal); Doutora em Música pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coautora de um dos textos que compõem o livro *Etnomusicologia no Brasil* (2016), organizado por Angela Lühning e Rosângela Pereira de Tugny.